

N.º: Gp809-X

Proc.º: 30.06.01.25

25.05.13

Data: 10.12.2014

Assunto: Debate de urgência – Serviço Regional de Saúde

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e membros do Governo,

Mais uma vez, nesta Legislatura, o CDS-PP suscita um debate de urgência sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Vimos a este plenário apontar aquela que está a ser a má prática política seguida pela actual tutela da Saúde nos Açores.

Nunca, como agora, os Açorianos sentiram tantas dificuldades em recorrer ao seu Serviço Regional de Saúde;

Nunca, como agora, os Açorianos foram impedidos de se tratar no seu Serviço Regional de Saúde;

Nunca, como agora, os Açorianos tiveram um sentimento de insegurança quando se deslocam ao seu Serviço Regional de Saúde;

Nunca, como agora, se deveu tanto aos fornecedores das unidades de saúde;

Nunca, como agora, se tiveram listas de espera cirúrgicas tão escandalosas;

Nunca, como agora, se utilizou o mal para supostamente fazer o bem.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Ao fim de quase 20 anos de governação são inegáveis as dificuldades do PS em gerir o Serviço Regional de Saúde.

O Serviço Regional de Saúde é uma das maiores conquistas do sistema autonómico. Serem os Açorianos a definir e implementar a sua política de saúde é um desígnio irrevogável da Autonomia. E não podemos, nem devemos, ser nós a colocar em perigo tão importante conquista.

Porém, hoje a saúde na Região gera muita desconfiança e muita insegurança.

O gravíssimo caso em volta da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital da ilha Terceira é a prova da leviandade como a saúde dos Açores é governada.

É urgente esclarecer a população sobre o que se passa naquele serviço?

No passado dia 17 de Outubro, por solicitação do CDS-PP, o Sr. Secretário Regional foi à Comissão de Assuntos Sociais dizer que o Conselho de Administração do HSEIT, perante denúncias gravíssimas dos enfermeiros da Unidade de Cuidados Intensivos, “*não esteve parado*” e que “*tomou as medidas que*

considerou adequadas na altura”. Aliás, foi ao ponto de afirmar que “*não tinha indícios de que a Administração tivesse tomado uma má decisão sobre a matéria*” e assegurou não ter motivos para demitir ninguém.

Entretanto, mandou instaurar um inquérito; esperava-se a intervenção das Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros; o instrutor apresentou as conclusões das averiguações; e, inexplicavelmente, o Secretário da Saúde demite o Conselho de Administração que, dias antes, tinha toda a confiança técnica e política da tutela.

Mais inexplicável ainda é a nova justificação do Secretário da Saúde: “*O Conselho de Administração apresentou a sua demissão com fundamentos que me pareceram adequados na altura aceitar e por isso aceitei o pedido que me foi formulado*”.

Quais razões ponderosas? Afinal quem se demitiu e em que dia? Quem se demitiu e quem foi convidado a demitir-se, Sr. Secretário da Saúde?

Mas esta não é a única urgência do momento: é urgente explicar também (e explicar muito bem até!) o imbróglío em torno do processo de instalação da radioterapia nos Açores.

Há instalações feitas (que custaram mais de 1,5 milhões de euros) no Hospital da Ilha Terceira; Há milhões de euros cobrados em taxas moderadoras implementadas com a justificação de que seriam para financiar os tratamentos de radioterapia; Há doentes que continuam a ser deslocados durante largos períodos para o Continente para tratamentos; mas não há radioterapia nos Açores...

Sr. Secretário da Saúde, qual é a sua opinião sobre o funcionamento de um centro de radioterapia nos Açores?

Quanto custa actualmente o tratamento de um açoriano no Continente? E quanto custará este tratamento nos Açores, depois das negociações que V.^a Ex.^a fez com a empresa Quadrantes?

Quanto é que a Região e os seus serviços de saúde devem actualmente a esta empresa?

Se já se investiu mais de 1,5 milhões de euros na Terceira, porque motivo ainda não temos radioterapia nos Açores?

Já agora, seria igualmente interessante conhecer a opinião do PSD/Açores sobre esta matéria?

Outra preocupante realidade que o Secretário da Saúde esconde, desde 2013, e que é premente esclarecer é o conteúdo de um relatório a que teve acesso e que arrasa por completo o processo de suposta implementação dos cuidados continuados e paliativos.

O Secretário da Saúde recebeu um relatório onde é apontada a “*indefinição total na conceção, organização, planeamento e coordenação de Serviços de Cuidados Paliativos no HSEIT e entre esta principal unidade de saúde e as restantes unidades, serviços, instituições e âmbitos sociais, familiares, domiciliários e individuais dos utentes necessitados*”, para além de outras denúncias graves como “*deficiências de assiduidade, pontualidade e práticas deontológicas de profissionais de saúde a prestar cuidados nas freguesias*”, mas escondeu este relatório e não fez rigorosamente nada, neste dois anos de mandato!

Será que para agir sobre esta matéria também será preciso a intervenção ou ameaça de intervenção de entidades externas, como o Ministério Público?

Mas é urgente esclarecer ainda as alegações de fraudes e abusos que levaram a que se cortassem nos reembolsos ou nos atestados médicos dos utentes do Serviço Regional de Saúde.

O Secretário Regional da Saúde que alega a fraude e os abusos, corta nos direitos dos doentes, mas não penaliza aqueles que, supostamente, estão a prevaricar...

Abusos nas fisioterapias? Houve Inquérito? Quem são os prevaricadores? Quem foi condenado?

Fraude nos atestados médicos? Isto é crime! Fez o Governo queixa à Ordem dos Médicos? A Inspeção Regional de Saúde actuou? Alguém foi condenado?

São urgências demais, para um sector como o da Saúde!

Em suma trouxemos aqui vários assuntos, de que destacamos a radioterapia, os Cuidados Intensivos do Hospital da Terceira e a implementação da rede de cuidados continuados e paliativos, que precisam ser cabalmente esclarecidos para que os utentes do SRS voltem a sentir total confiança e segurança no seu sistema público de saúde.

O Deputado Regional

Artur Lima